

## **A INFLUÊNCIA DA SITUAÇÃO LINGÜÍSTICA DO HAITI NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS**

**Cazeneuve, Miseline**

mcazeneuve11@gmail.com

Discente do curso de Pedagogia da Universidade

Estadual de Campinas

Brasil

**Nascimento, Lilian Cristine Ribeiro**

lcrn05@yahoo.com.br

Docente do Departamento de Psicologia Educacional

da Universidade Estadual de Campinas

Brasil

### **RESUMO**

Este artigo relata a situação do bilinguismo das línguas crioulo haitiano e francês no contexto escolar do Haiti e analisa o modo como essa realidade influencia a aprendizagem dos alunos no ensino básico. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica que procura compreender o papel e o estatuto da língua francesa na sociedade haitiana e seus impactos nas escolas. A pesquisa apontou como resultado uma situação peculiar de poder do francês sobre o crioulo-haitiano, perceptível dentro da sociedade haitiana e também presente na escola. A escola, o único lugar onde as crianças das classes populares adquirem a língua segunda, não consegue ainda ter sucesso nessa missão, em razão da falta de infraestrutura e do despreparo dos docentes.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Bilinguismo, Educação, Ensino/Aprendizagem, Haiti.

## THE INFLUENCE OF HAITI'S LINGUISTIC SITUATION ON THE CHILDREN'S LEARNING PROCESS

### ABSTRACT

This paper describes the situation of the bilingualism of the languages Haitian Creole and French in the school context of Haiti and analyzes how this situation affects students learning in basic education. This documental and bibliographic research seeks to understand the role and status of French in Haitian society and its impact on schools. The research showed a peculiar situation of power of the French over the Haitian Creole, noticeable within Haitian society and present in the school. The school, the only place where the children of the popular classes acquire the second language, cannot succeed in this mission, because there are lack of infrastructure and lack of preparation of teachers.

### KEYWORDS

Bilingualism, Education, Teaching / Learning, Haiti.

### INTRODUÇÃO

A língua, por ser considerada o principal meio pelo qual os seres humanos expressam seus pensamentos, é um fator indispensável para a realização das trocas sociais entre os seres humanos. No meio escolar, ela representa uma das mais importantes ferramentas responsáveis pelas relações: pedagógica (relação professor-aluno), didática (relação professor-conteúdo) e de aprendizagem (relação aluno-conteúdo). De fato, para garantir o bom funcionamento dessas relações na escola, é preciso obter primeiro o domínio da língua de ensino. Nos meios bilíngues, onde as pessoas não dominam necessariamente as duas línguas, isso pode causar enormes dificuldades ao processo de ensino-aprendizagem, como dificuldades de compreensão recíprocas, dificuldades na produção, dificuldades de se expressar, etc.

O presente trabalho visa analisar o funcionamento do uso do crioulo haitiano e do francês na sociedade haitiana e no contexto escolar do país, e descrever como esse contexto influencia a aprendizagem das crianças nos anos iniciais da escola.

## A LÍNGUA FRANCESA NO HAITI

O Haiti fica na América Central, separado da República Dominicana por uma fronteira. O país foi descoberto por Cristóvão Colombo e seus companheiros no mês de dezembro de 1492 e vivenciou mais de três séculos de colonização e escravidão impostas por dois países diferentes, a Espanha e a França, tendo principalmente a colonização francesa, que durou até 1804, deixado a sua marca na sociedade haitiana atual.

Depois da sua independência em 1804, o país passou por vários desafios, entre eles, o linguístico. O dilema era saber qual das línguas – o francês (língua do colonizador) ou o crioulo (língua de comunicação entre o colonizador e o escravo) – deveria representar o país a partir de então, pois a nova nação deveria ter pelo menos uma língua nacional. Entretanto, a escolha foi bem clara, quando os heróis da independência resolveram escrever o Ato de Independência do país em francês, até aquele momento a língua somente de uma minoria composta de mulatos – filhos de brancos com as mulheres escravas – que foram para a França estudar durante a época colonial. Além de se apropriarem das terras dos pais, eles impuseram também a língua francesa, que eles já dominavam, mas os escravos não conheciam. Parece que sua preocupação era mais de implantar uma elite distanciada do resto do povo para usufruir dos mesmos privilégios dos antigos mestres e reproduzir as mesmas relações de classes que dominavam na colônia. Só que, dessa vez, eles, os mulatos, representariam o topo da pirâmide.

A população estimada depois da Independência era de 400.000 habitantes (Fattier, 1998), e a quantidade de pessoas que sabiam ler e escrever, particularmente em francês, era estimada em somente 2%, o que mostra de maneira clara como, desde o dia seguinte à Independência, a língua francesa contribuiu para a cisão social e cultural do povo haitiano e fez do Haiti, apesar de politicamente independente, um país ainda dependente da metrópole, no ponto de vista cultural e identitário. Como afirma Théodat:

Apesar de a ruptura ser franca e total com a França no aspecto político, a fascinação dos haitianos pela cultura francesa não diminuiu depois da proclamação da independência. Bem ao contrário, a tradição dos filhos mais velhos das famílias de viajar para Paris com o objetivo de estudarem o latim e as humanidades clássicas

antes de voltar pelo país e ocupar funções de prestígio, se manteve e foi ainda mais reforçada. (Théodat, 2014, p. 2, tradução nossa).

Eram esses mesmos intelectuais que lutavam para que a língua oficial fosse o francês. Os que não sabiam o francês, assim, eram mantidos a distância das decisões políticas. A língua, supostamente, não deveria ser um instrumento de separação entre as pessoas, pois nós aprendemos que as línguas sempre foram criadas com o objetivo de facilitar a comunicação entre os pares. Segundo o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009, p. 1182), uma língua é “um sistema de representação constituído por palavras e por regras que as combinam em frases que os indivíduos de uma comunidade linguística usam como principal meio de comunicação e expressão, falado ou escrito”. Então, a língua usada (seja na fala ou na escrita) dentro de uma determinada sociedade deveria ser acessível para todos os membros daquela sociedade, uma vez que é entendida como “meio principal” de comunicação entre eles. No entanto, parece que em vários países, inclusive no Haiti ou no Brasil, por exemplo, ela também pode ser usada para impedir a comunicação de informações para grandes setores da população (Gnerre, 1985), afastando as pessoas umas das outras e criando ainda mais rivalidades entre diferentes classes sociais.

Assim, o Haiti possui duas línguas oficiais: o crioulo haitiano, falado por praticamente todos os haitianos, e o francês, falado por uma minoria (25% da população, segundo os mais otimistas) constituída pelos mulatos descendentes de franceses da classe alta e pelas pessoas que atingiram certo nível de ensino. Por muitos anos, o francês foi a única língua reconhecida pelo Estado no país (aliás até hoje, em certo sentido, ainda é). Se muitos se surpreenderam com a sobrevivência da língua francesa no território haitiano, outros viram, no seu estatuto de “símbolo de poder” ou no sistema educacional quase equivalente ao antigo modelo educacional francês ou, ainda, na literatura haitiana cuja maioria das obras é em francês, essa âncora de permanência e de resistência. Como Théodat mencionou, uma viagem para França era considerada o fim do ciclo educativo para os alunos que frequentavam as escolas confessionais católicas:

Os escritores mais famosos do século que tinham acompanhado a Independência foram formados em Paris ou passaram lá uma parte da vida deles: Frédéric Marcelin, Anténor Firmin, Louis-Joseph Janvier, Edmond Paul. No

século XX, foi também o caso para Jacques Stéphen Alexis e Jacques Roumain. René Depestre, Jean Metellus e Dany Lafférière, para falar dos tesouros vivos, cujas obras são mais lidas em Paris do que no país natal. (Théodat, 2014, p. 3, tradução nossa).

No Haiti, o francês é uma língua cada vez mais desenvolvida. Trata-se de uma herança colonial bem guardada e protegida através do tempo. Apesar de o francês não ter impedido o desenvolvimento do crioulo no seio da população, no ramo da escrita, como no âmbito social, ele sempre ocupou o lugar mais importante. Por exemplo, de 4.312 obras publicadas entre 1804 e 1950, somente cerca de 30 foram escritas em crioulo, e, em contrapartida, entre 1970 e 1975, isto é, em apenas 5 anos, mais de 30 autores publicaram em crioulo (Mezilas, 2008). Todavia, o francês continua prevalecendo na literatura haitiana até hoje.

Entretanto, não podemos ignorar que a língua francesa, como herança colonial, é indispensável e irreversível na cultura nacional, pois faz parte da história do país, já que, segundo Théodat:

[...] o zelo da elite haitiana pela cultura francesa é o resultado de uma herança livremente assumida, na medida em que as obras mais significativas da produção intelectual nacional foram redigidas em francês. Sob pena de se mutilar a si própria, a cultura haitiana não pode se permitir fazer tábula rasa de um passado tão rico, a não ser que se disponha a queimar todas as obras de Etzer Vilaire, de rejeitar René Depestre e jogar fora inteiramente a Biblioteca Nacional de Porto Príncipe. (Théodat, 2004, p. 5, tradução nossa).

Desse modo, o francês é uma herança assumida, na medida em que o Haiti nunca vai poder se desfazer de sua história; aliás, a língua francesa se tornou uma das posses que constituem o maior patrimônio do país. Como elemento integrante do patrimônio cultural, está muito presente no cotidiano do povo e tem que andar de par com o crioulo, como está bem claro na Constituição de 1987: “Todos os haitianos são unidos por uma língua comum, o crioulo. O crioulo e o francês são as línguas oficiais da República” (Art. 5). Então, ambos são patrimônios nacionais que deveriam ter o mesmo

*status*, o mesmo tratamento, uma vez que o crioulo é a única língua falada por toda a população haitiana.

## **FUNÇÃO SOCIAL DO FRANCÊS E PAPEL NA INTEGRAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO**

Em 2012, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Institut Haitien de Statistique et d'Informatique (IHSI) em parceria com o Développement, Institutions et Mondialisation (DIAL) (Herrera, Lamaute-Brisson, Milbin, Roubaud, Saint-Macary, Torelli & Zanuso, 2014, p. 123), das 4.008.700 pessoas que diziam trabalhar, a maioria estava na agricultura (47%) ou no setor informal não agrícola (45,1%). O setor privado formal (4,5%) e o setor público (3,4%) somente ocupam uma parte bem restrita do conjunto. Isso significa que são os setores que menos empregam as pessoas. Também é interessante lembrar que, tanto no setor público como no privado, as vagas mais sofisticadas e que pagam melhor são reservadas às pessoas que, a depender do tipo de serviço oferecido pela entidade, possuam, pelo menos, um nível universitário incompleto ou um ensino médio incompleto que lhes tenham permitido aprender certa profissão. Além desses casos, somente recrutam para essas vagas mais valorizadas pessoas que tiveram a oportunidade de fazer curso universitário completo (graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, etc.); os que não têm estudos (se podemos dizer assim) ficam bem abaixo na pirâmide social.

No entanto, é bom dizer também que mestres e doutores não são em grande número no país. Onde entra, então, o francês, senão no topo da pirâmide? Trata-se de um país no qual a língua segunda só pode ser adquirida através do ensino escolar, e os alunos só podem realmente ter sucesso nos estudos, se chegam a dominar o francês. São essas pessoas, que tiveram a oportunidade de estudar, que têm o privilégio de alcançar bons empregos. Se, em qualquer sociedade capitalista, a educação é um meio de mobilidade social (se isso for realmente verdade), no Haiti, parece que essa característica deveria ser relacionada também ao francês, pois é através dele e por meio dele que, além do diploma, se reconhece que o indivíduo realmente foi educado/formado, pois tem que demonstrar isso durante uma entrevista de trabalho. E, portanto, é digno de receber esse emprego bem melhor, pelo qual se esforçou tanto. Tal ferramenta de seleção mostra claramente como o capitalismo no Haiti é mais cruel ainda e certifica a ideia de que a língua, muitas vezes, é considerada instrumento de exclusão

social. Ainda que um dos objetivos principais do sistema educacional seja de formar cidadãos bilíngues funcionais, enquanto tal sistema não se organizar para desenvolver programas eficientes que atinjam todos os cidadãos, sem exceção, sempre vai haver essa separação por causa da língua.

Existem, por exemplo, algumas pessoas da classe média – muitas delas professores – que não falam crioulo com os filhos, pois estão tentando prepará-los para a realidade haitiana e têm certeza de que estão fazendo o que é *melhor* para seus filhos. Além disso, se esforçam para colocar seus filhos em escolas confessionais ou outras desse tipo, nas quais o francês (e também o inglês, em certos casos) é superestimado – tudo isso para se conformar às exigências da sociedade contemporânea haitiana.

A língua francesa no Haiti sempre foi e ainda é a língua do Estado, a língua de administrações, a língua de acesso aos conhecimentos, a base da literatura haitiana, a língua de acesso ao mundo letrado, a língua preferida dos setores público e privado, a língua da elite, isto é, a língua de prestígio, a língua de poder, a língua de desentendimento e de separação entre pares. Tal situação condiz com o que afirma Gnerre: “Os cidadãos, apesar de declarados iguais perante a lei, são na realidade, discriminados já na base do mesmo código em que a lei é redigida”. (Gnerre, 1985, p. 7)

De fato, as pessoas que realmente sofrem da exclusão social pertencem às massas populares, e nem elas, nem os pais, nem os avós tiveram a oportunidade de frequentar a escola. Ou, segundo a ótica capitalista, aquelas que tiveram a oportunidade para isso não a agarraram e não se esforçaram bastante para permanecer e fazer grandes estudos, que teriam lhes permitido ocupar um lugar melhor na sociedade. Bagno (1999, p. 59) trata desse grupo marginalizado no seu livro *Preconceito linguístico* e afirma que, nessa situação, na verdade, “não se trata daquilo que se fala, mas em quem fala o quê. Evidentemente, o preconceito linguístico é uma derivação de um preconceito social”. Segundo o autor,

[...] a valorização de uma língua sobre outra em uma sociedade verdadeiramente democrática é desconsiderar “que os modos de falar dos diferentes grupos sociais constituem elementos da identidade cultural da comunidade e dos indivíduos particulares, e que denegrir uma variedade linguística equivale a denegrir e condenar os seres humanos que a falam, como se fossem incapazes

ou menos inteligentes”. É também desvalorizar a cultura dessas pessoas (Bagno, 1999, p.16, aspas do autor).

## **O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO E IMPLICAÇÃO DAS LÍNGUAS OFICIAIS NO ENSINO**

No Haiti, o sistema educativo abrange a Educação Pré-Escolar, a Escola Fundamental, o Ensino Secundário, a Formação Profissional e o Ensino Superior. Atualmente está sendo incorporando outro setor, dito *informal*, que deve ter como responsabilidade a alfabetização e a pós-alfabetização das pessoas com 16 anos de idade ou mais que não frequentaram a escola no tempo devido.

A Educação pré-escolar visa às crianças de 3 a 5 anos de idade, não é obrigatória e não é responsabilidade do Estado. Existe, no entanto, há cerca de uma década, uma preocupação em colocar nas escolas públicas um núcleo responsável pelo atendimento dessas crianças. Só que, até hoje, a maioria das escolas ainda não foi contemplada com esse procedimento. O ensino fundamental é organizado em três ciclos, que duram no total nove anos e se destinam às crianças de 6 a 14 anos de idade. O primeiro ciclo compreende quatro anos de estudos (1º ao 4º ano); o segundo e o terceiro, respectivamente, são de dois (5º e 6º ano) e três (7º, 8º e 9º ano) anos. As crianças têm que passar por uma prova do Estado no final do terceiro ciclo (9º ano), para poder ingressar no ensino secundário. O ensino secundário, por sua parte, é organizado em quatro anos e direcionado aos jovens de 15 a 18 anos. Para obter o seu Diploma de Ensino Secundário (DES) e poder ingressar na faculdade, o aluno precisa passar pelo Baccalauréat (Bacc) no final do 4º ano desse nível: é uma prova do Estado que representa grande barreira para os alunos que querem terminar os estudos.

Por enquanto, apesar de ter melhorado um pouco durante esses últimos anos, a situação atual da educação no país continua muito crítica: são inúmeros desafios, e é muito transparente a falta de gerência e de políticas públicas educativas. Segundo a Constituição haitiana de 1987 (Art. 32 e 32.1, Seção F), o Estado deveria garantir o direito à educação dos cidadãos; assim, ela é responsabilidade do Estado e das coletividades territoriais, que deveriam se organizar para implantar um ensino acessível e gratuito para todos (Haiti, 1987).

Em 2011, cerca de 500 mil crianças não estavam na escola (Ministério da Educação Nacional e da Formação Profissional, 2011) e somente 486.620 crianças



dentre as cerca de 2.2 milhões escolarizadas, estudam em escolas públicas. Isto é, em 2011, ainda 88% das escolas no país eram do setor privado e somente 12% eram públicas. Apesar de serem tão pouco representadas, essas escolas públicas sofrem de muita escassez e são, na maioria, muito mal equipadas. Muitos professores, especialmente nas zonas rurais, não são formados. Considerando que, a cada ano, o custo dos estudos vai aumentando, nem todas essas famílias que têm filhos nas escolas particulares vão poder continuar pagando por eles, se a situação do país em geral e a participação do Estado no ensino em particular não melhorarem. O motivo de tanta desistência na escola certifica a existência, no país, de um sistema educativo baseado na reprodução das desigualdades sociais através da escolarização das crianças, isto é, desigualdades de oportunidades escolares e processo excessivo de seleção presente no sistema.

Tal situação também deixa claro o fato de que a língua francesa continua a ser elemento de discriminação na sociedade haitiana, pois o único lugar em que o povo poderia ter acesso à aprendizagem dessa língua oficial ainda é muito restrito na sua capacidade de recebê-lo. Quem são, na realidade, essas 500 mil crianças que não frequentam a escola? São aquelas que não conseguiram uma vaga em uma escola pública e cujas famílias não possuem condições de pagar escolas particulares. São crianças do meio rural, onde não há escola, nem pública nem particular, cujos pais não têm condições de mandar os filhos à cidade para estudar. São também crianças que foram para escola e não conseguiram continuar por questão econômica, ou que nunca foram e fazem parte das classes mais marginalizadas da sociedade. O futuro para elas não vai ser diferente: vão continuar sendo excluídas.

Das escolas de 1º e 2º ciclo recenseadas no país, somente 24,66% têm acesso à eletricidade; desse número, só 9,77% são públicas e 13,75% do conjunto possui uma biblioteca, das quais só 9,06% são públicas (MENFP, 2011). Isso mostra como a aprendizagem das crianças se resume aos materiais didáticos, já que elas têm acesso muito limitado aos materiais paradidáticos, à tecnologia, à informação, isto é, a um campo de conhecimentos mais diversificados, adaptados ao tempo em que a criança vive, e que poderiam ajudá-la mais na aprendizagem de uma segunda língua. É óbvio que aquelas que moram nas zonas rurais sofrem mais ainda dessa carência, mas isso não se restringe ao campo, visto que, mesmo nos meios urbanos, somente 22,3% das escolas

no total possuem uma biblioteca. Como, em tais condições, os alunos vão conseguir aprender a língua francesa, quando nem recursos têm para facilitar a sua alfabetização?

Se nas cidades o francês é mais presente, no interior do país, o francês deve ser considerado pelos alunos puramente língua estrangeira, pois ali existem lugares que ainda não têm eletricidade; as crianças não têm nenhuma relação com a língua, visto que não a escutam, nem mesmo na TV. Para aquelas cuja família tem TV, há um contato com a língua, prévio à escola, pois a maioria dos filmes é transmitida em francês, assim como todos os desenhos. Mas, para as crianças dos meios rurais, a escola é praticamente o primeiro lugar em que elas se deparam com a língua francesa e também o único lugar onde têm a oportunidade de aprendê-la.

Para responder a tal exigência, a escola tem que ser muito bem preparada para garantir às crianças o direito de dominar a língua francesa como uma das línguas oficiais do país e, mais ainda, como a língua que lhe dá a conhecer o mundo em que vive. Podemos entender com isso que o sistema nacional de educação no Haiti, além de ser muito limitado na oferta do ensino, oferece um ensino de pouca qualidade, não visa à permanência dos alunos na escola até o final do secundário e não garante uma formação adequada do conjunto dos cidadãos.

Aliás, durante muitos anos, a educação no país foi exclusivamente reservada à elite. Segundo a primeira Constituição, de 1805 (Art. 19), uma escola deveria ser implantada em cada divisão militar e destinada a receber somente os filhos dos superiores do exército, de altos funcionários do Estado e dos demais cidadãos que constituíam a elite (Haiti, 1805). No entanto, nem o Ministério de Instrução Pública criado em 1843, nem aquele reestruturado, que atua até hoje, consegue se desvincular dessa concepção elitista de ensino. A escola aberta a todos os filhos da nação, laica e de boa qualidade, parece ser até hoje um grande quebra-cabeça para o país. Nós, no entanto, acreditamos que não se trate de uma missão impossível, pois, ao longo desse período, vários esforços foram feitos. Só que essa concepção restrita de educação que marcou a história do ensino no Haiti tem até hoje a sua repercussão sobre o tipo de formação oferecido às crianças no território nacional.

O fato é que as escolas reconhecidas como boas no Haiti, isto é, que oferecem uma formação de qualidade, são, em sua maioria, confessionais e estrangeiras. Dentre as escolas confessionais, são ainda mais respeitadas aquelas dirigidas pela Igreja Católica, sobretudo as que ficam nas cidades, pois elas dispensam um ensino mais moderno e, a maioria das vezes, exclusivamente em francês. Tal situação é decorrência do Acordo

assinado com o Vaticano em 1860, durante o governo do presidente Fabre N. Geffrard, que concedeu à Igreja Apostólica Romana a responsabilidade absoluta pelo ensino no país. Essas escolas, na maioria, semiparticulares, recebiam os filhos da elite e, eventualmente, como escolas subvencionadas pelo Estado, receberam alguns alunos bolsistas enviados pelo próprio Estado. Era um ensino que se fazia exclusivamente em francês, pois, sendo estrangeiros, seus professores (padres e irmãs) não sabiam o crioulo. É por isso que tal ensino era considerado mais adequado para as crianças da elite, que tinham o francês como língua materna. A situação até hoje não mudou, pois, apesar de ainda serem reservadas às classes mais sofisticadas do país, as escolas continuam subvencionadas pelo Estado. Isto é, recebem crianças da elite e da classe média alta, são caras e ainda recebem verbas do Estado. Oferecem um ensino em francês, são sempre classificadas no topo da lista de melhores escolas e, por dispensarem um ensino totalmente em francês, possuem uma clientela bem específica.

O que permitiu a essas escolas conservarem tal notoriedade durante todos esses anos? Acontece que, no início do século XX, elas tinham um ensino em francês, utilizando os mesmos livros e materiais didáticos que se usavam na França. Embora tal ensino, de fato, não abrangesse a realidade do país, era adequado para as crianças da elite, pois o francês era sua língua materna e, mais cedo ou mais tarde, os alunos iriam poder viajar até a França para terminar os estudos.

No entanto, durante o período de 1946 a 1986, marcado pela tentativa de democratização da escola, começaram a frequentá-la as crianças das classes populares. Tratava-se de uma nova clientela monolíngue, crioulófona e pobre, que deveria se adequar a um sistema de ensino já existente, que parecia funcionar muito bem para a elite, mas não adequado para as crianças do povo, as quais se viram introduzidas em um meio escolar cuja língua de uso lhes era estrangeira, e elas deveriam dominá-la ao mesmo tempo em que se habilitavam nos outros conhecimentos curriculares.

Conscientes da situação linguística do país e da necessidade de ter uma educação mais adaptada à sociedade, os responsáveis pelo ensino viram, no uso da língua materna das crianças, a ferramenta primordial para permitir a elas a possibilidade de usufruir uma aprendizagem plena e adaptada a sua realidade cotidiana, que facilitaria o seu desenvolvimento cognitivo. Assim, a câmara legislativa votou, em 1979, a lei que tornou o crioulo haitiano *língua de ensino* nos primeiros ciclos do ensino fundamental. Tal lei se inspirou nas ideias da reforma educativa iniciada pelo ministro de Educação

Joseph C. Bernard, que tinha como objetivo principal o uso do crioulo como língua ensinada e língua de ensino ao mesmo tempo e, segundo o documento oficial publicado pelo Institut Pédagogique National (IPN), implicaria:

[...] um procedimento metodológico do francês como língua segunda; a eliminação sistemática da rotina ou da memorização excessiva; uma formação mais prática, mais completa, mais adaptada às crianças do país; uma filosofia de educação baseada essencialmente sobre um conhecimento real dos problemas do meio haitiano e do homem haitiano [...] A nossa língua nacional, o crioulo, tornou-se Instrumento e Objeto de ensino durante os quatro primeiros anos do ciclo fundamental (Govain, 2014, p. 3, tradução nossa).

Tal Reforma constituiu a primeira tentativa de elaboração de uma política linguística para o ensino no Haiti. Parece que, finalmente, olhares se voltavam à situação lamentável do ensino e definitivamente uma era nova se revelava a favor da educação no país. Segundo o diagnóstico feito pelos pilotos da reforma, o sistema educacional, tal como funcionava na época, não podia contribuir para o desenvolvimento do país, pois, “elitista e negando as diferenças individuais, o sistema educativo não é proveitoso para uma minoria que, muitas vezes, infelizmente, deixa o país [...]” (Doré, 2010, p. 146).

Nesse caso, a reforma, nos seus diversos componentes, tinha como objetivo a reestruturação completa do sistema de ensino, para um melhor proveito por parte da sociedade. Assim, considerando que a educação constituía um dos melhores instrumentos para conservar a unidade cultural da nação, podemos ler, no artigo primeiro da Lei de 1979, que “o uso do crioulo enquanto língua comum falada pela maioria da população é permitido nas escolas como língua de ensino e objeto de ensino” (Doré, 2010 p. 149). E um segundo texto de lei – de 30 de março de 1982 –, decorrente da Lei de 1979, consagra o crioulo como língua de ensino, o “Decreto organizando o sistema educativo com o intuito de oferecer igualdades de oportunidades a todos e de reverberar a cultura haitiana” (Doré, 2010, p. 149).

Tal decreto, além de descrever as grandes metas de educação e delimitar as disposições comuns e específicas a respeito das novas estruturas de ensino e de

formação, tratou também, de modo mais detalhado, da questão do uso das línguas no ensino fundamental. Assim, segundo o artigo 29 desse decreto:

[...] o crioulo é língua de ensino e língua ensinada ao longo da escola fundamental, [...] o francês é língua ensinada ao longo da escola fundamental, e língua de ensino a partir do 6º ano, e [...] no 5º ano, o ensino do francês é reforçado em vista a sua utilização como língua de ensino a partir do 6º ano (Doré, 2010, p. 149).

Então, podemos dizer que, supostamente, a atual cooperação dessas duas línguas no ambiente escolar remonta a essa época.

Todavia, tal procedimento não foi tão simples e tão efetivo como poderíamos imaginar, pois, para realizar uma reforma, é preciso de muito planejamento, ainda mais quando se trata da educação das crianças e dos jovens e de “línguas” de ensino. Naquele período, o crioulo nem era ainda língua oficial do país, do que se deduz que não existisse nenhum tipo de materiais didáticos e paradidáticos em crioulo. Por isso, trazer essa língua para a sala de aula não foi uma iniciativa tão simples. Segundo Govain (2014), a aplicação da reforma encontrou, desde o seu início, várias resistências, mas dois problemas maiores se destacam: a formação dos professores, pois eles precisavam ser preparados e equipados para encarar essa nova estratégia educativa com novas técnicas e práticas apropriadas; e a capacidade do crioulo para responder, em todos os aspectos, às necessidades de tudo o que constitua o discurso pedagógico.

Além desses, outro problema influenciou muito a aplicação dessa reforma: seus objetivos não foram suficientemente propagados. Tanto os intervenientes quanto os participantes (UNESCO, 2006) não acreditaram totalmente nesse novo programa e nos importantes benefícios que ele poderia trazer para a aprendizagem dos alunos. Muitas escolas, pelo fato de a sociedade/clientela valorizar o francês, se opuseram à introdução do crioulo como língua de ensino. Tinham medo de perder o prestígio aos olhos da sociedade/clientela. De fato, como conservadores, foram muito reticentes à adoção desse novo modelo.

Tudo isso, mais o enraizamento da escola tradicional juntamente com o fechamento do Institut Pédagogique National (IPN) em 1991, instituído com o apoio do governo francês no objetivo de formar os docentes e de elaborar os materiais didáticos adaptados pela reforma, contribuiu para interromper o curso da reforma, que não se

concluiu. Todavia, apesar dessa interrupção, foi a reforma mais importante na história da educação no Haiti, como afirma Saint Germain:

Nenhuma atividade governamental mobilizou tanto dinheiro e recursos humanos quanto esta reforma. Apesar de suscitar muitos debates, oposições e polêmica, ela vai além do simples reajuste de programas e compreende mudanças de atitudes e inovações consideráveis, como por exemplo, a introdução de novos métodos de ensino, de novos programas, de novas estruturas, tanto administrativas quanto pedagógicas, e enfim, a introdução do crioulo enquanto língua de ensino e objeto de ensino. (Saint Germain, 1988, citado por Doré, 2010, p.149).

Atualmente, muitas escolas, apesar de não adotarem totalmente os programas renovados, parcialmente se inspiram neles em certos aspectos do seu ensino; outras utilizam, ao mesmo tempo, nas salas de aulas, os manuais tradicionais e aqueles elaborados pelo IPN; em outros casos, esses materiais elaborados para execução dos novos programas são utilizados segundo a metodologia tradicional, baseada na memorização sistemática de capítulos e parágrafos (UNESCO, 2006). Essa mistura de métodos tradicionais com novos programas, somada à falta de formação e preparação dos docentes, prejudica a aprendizagem plena das crianças. Em consequência, a maioria das vezes, os alunos haitianos têm dificuldades para aprender a escrever corretamente a sua língua materna e para falar e escrever bem o francês.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ensino-aprendizagem, como todas as relações de trocas ou de aquisição de conhecimento, necessita do domínio de uma língua comum, que ocupa uma função múltipla na formação dos alunos: é a ferramenta responsável pelas trocas entre educadores e educandos, a chave de acesso aos conteúdos, o meio principal através do qual o aluno ordena suas ideias e organiza seus pensamentos, a fim de produzir novos conhecimentos a partir dos conhecimentos científicos e literários adquiridos por esse mesmo instrumento. A falta de domínio da língua implica uma barreira tanto nas reflexões do indivíduo quanto na compreensão e nas produções de conhecimentos (textos escritos e orais, discursos coerentes, análises, etc.).

Para Vollmer (2006), o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo está em estreita relação com a língua de aprendizagem, através da qual os alunos adquirem novos conceitos que irão usar nas suas produções e nos seus discursos. Essa aquisição é possível somente através do contato oral e escrito com a língua, quando leem, ouvem, falam e escrevem na língua que se pretende lhes ensinar. Recursos que, na maioria dos casos, os alunos haitianos não têm suficientes para uma aprendizagem efetiva da língua segunda.

É surpreendente ver que as crianças haitianas, ao iniciarem a escolarização, são estrangeiras em seu próprio país. A escola deveria ser o lugar para elas aprenderem livremente, desenvolverem suas potencialidades e produzirem. No entanto, para muitas delas, a escola é o local onde aprendem a ficar caladas. À medida que avança na escola, o aluno gradativamente tem que compreender, falar e produzir em uma língua que não lhe é ensinada de modo eficiente, o que afeta também sua aprendizagem da leitura e da escrita, visto que há um despreparo institucional e dos professores para lidar com a educação bilíngue de qualidade, além de os métodos serem tradicionais e se basearem no ensino da gramática, e não da língua em uso.

O que se destaca é a peculiaridade da realidade linguística do povo haitiano, que tem a língua francesa como uma imposição no contexto escolar, e não como uma escolha familiar ou pessoal. O bilinguismo, nesse caso, revela uma situação peculiar de poder que se faz de uma língua sobre a outra. Essa é, sem dúvida, uma forma institucionalizada de discriminação, pois, como afirma Bagno: “o último baluarte da discriminação social explícita continuará a ser o uso que uma pessoa faz da língua”. (Bagno, 2003, p. 13)

Acreditamos ser muito importante refletir realmente sobre a sociedade como um todo. Reconhecemos que cada grupo tem as suas próprias necessidades, mas é necessário pensar, ao mesmo tempo, soluções que não incentivem a predominância de uns sobre todos, mas que sejam benéficas para todos, pensando em todos, buscando criar espaço para cada um em uma sociedade mais justa e igualitária.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Bagno, M. (1999). *Preconceito linguístico*. São Paulo: Loyola.
- Bagno, M. (2003). *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola.
- Doré, G. (2010). *Politique de formation professionnelle et d'emploi en Haiti: le cas du secteur du tourisme (1980-2010)*. Tese de Doutorado. Instituto de Educação. Universidade Paris. Recuperado de: <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00648788>
- Fattier, D. (1998). *Contribution à l'étude de la genèse d'un créole : Atlas Linguistique d'Haïti, cartes et commentaires*. Tese de Doutorado, Instituto de Linguística Aplicada, Universidade de Provence, Provence. Recuperado de: <http://www.u-cergy.fr/fr/laboratoires/labo-ldi/publications/these-creole.html>
- Gnerre, M. (1985). *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes.
- Govain, R. (2014). *L'état des lieux du créole dans les établissements scolaires en Haïti*. Port-au-Prince: Université d'État d'Haïti. Recuperado de: [http://web.espe-guadeloupe.fr/wp-content/uploads/2015/10/2\\_Govain-2014.pdf](http://web.espe-guadeloupe.fr/wp-content/uploads/2015/10/2_Govain-2014.pdf)
- Haiti. (1805). *Constitution de la République d'Haïti*. Version électronique. Recuperado de: <http://mjp.univ-perp.fr/constit/ht1805.htm>
- Haiti. (1987). *Constitution de la République d'Haïti*. Version électronique. Recuperado de: <http://haiti-reference.com/pages/plan/histoire-et-societe/documents-historiques/constitutions/constitution-de-1987/>
- Herrera, J., Lamaute-Brisson N., Milbin, D., Roubaud, F., Saint-Macary, C., Torelli, C. & Zanuso, C. L. (2014). *Evolution des conditions de vie en Haïti entre 2007 et 2012: La réplique sociale du séisme*. Paris, Port-au-Prince: IHSI, DIAL. Recuperado de: [http://www.ihsi.ht/pdf/ecvmas/analyse/IHSI\\_DIAL\\_Rapport%20complet\\_11072014.pdf](http://www.ihsi.ht/pdf/ecvmas/analyse/IHSI_DIAL_Rapport%20complet_11072014.pdf)
- Houaiss, A.; Villar, M. S. (2009). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Mezilas, G. (2008). *La trajectoire du français et du créole en Haïti*. *Tanbou*, 20, 1-20. Recuperado de: <http://www.tanbou.com/2008/TrajectoireFrancaisCreoleHaiti.htm>



MENFP (Ministere de L'éducation Nationale et de La Formation Professionnelle).

(2011). Annuaire fondamental 1 et 2 recensement scolaire 2010-2011.

Recuperado de: [http://menfp.gouv.ht/ANNUAIRE%20FOND\\_1\\_ET\\_2.pdf](http://menfp.gouv.ht/ANNUAIRE%20FOND_1_ET_2.pdf)

Théodat, J. (2004). Haïti: Le français em héritage. *Hermès*: 40, 308-313. Recuperado de

[http://documents.irevues.inist.fr/bitstream/handle/2042/9565/HERMES\\_2004\\_40\\_308.pdf?sequence=1](http://documents.irevues.inist.fr/bitstream/handle/2042/9565/HERMES_2004_40_308.pdf?sequence=1)

UNESCO. (2006). Haïti: Principes et objectifs généraux de l'éducation, Recuperado de:

[http://www.ibe.unesco.org/Countries/WDE/2006/LATIN\\_AMERICA\\_and\\_the\\_CARIBBEAN/Haiti/Haiti.pdf](http://www.ibe.unesco.org/Countries/WDE/2006/LATIN_AMERICA_and_the_CARIBBEAN/Haiti/Haiti.pdf)

Vollmer, H. J. (2006). Langues de scolarisation: vers un cadre pour l'Europe.

Strasbourg: Division des Politiques linguistiques. Recuperado de:

[https://www.coe.int/t/dg4/linguistic/.../Vollmer\\_LAC\\_FR.doc](https://www.coe.int/t/dg4/linguistic/.../Vollmer_LAC_FR.doc)